

A MEMÓRIA EM DISPUTA: O MUSEU DO ALGODÃO DE CAMPINA GRANDE-PB, 1973-2013

*THE MEMORY IN DISPUTE: THE COTTON MUSEUM OF CAMPINA
GRANDE-PB, 1973-2013*

Severino Cabral Filho¹

Resumo: O nosso ensaio discute um projeto de memória para Campina Grande, na Paraíba. Tal projeto e tal memória se revelam por meio do acervo que constitui o Museu do Algodão de Campina Grande (MACG), composto por fotografias, utensílios, acessórios e equipamentos que datam do século XIX à década de 1990. Por meio de algumas dessas imagens fotográficas apresentamos e questionamos o que essa instituição cristaliza e preserva como sendo uma memória coletiva.

Palavras-chave: Campina Grande. Fotografia. Memória. Museu do Algodão de Campina Grande. Patrimônio.

Abstract: Our essay discusses a project memory for Campina Grande, Paraíba. This project and this memory are revealed through the collection that conforms the Cotton Museum of Campina Grande (MACG), composed of photographs, tools, accessories and equipments dating from the nineteenth century to the 1990s. Through some of these images we present and question what the institution preserves and crystallizes as a collective memory.

Keywords: Campina Grande. Photography. Memory. Cotton Museum of Campina Grande. Heritage.

INTRODUÇÃO

O Museu do Algodão de Campina Grande (MACG) foi criado por força do Projeto de Lei nº 24/73, de 13 de fevereiro de 1973, por iniciativa da vereadora Maria Lopes Barbosa, tendo sido inaugurado pelo prefeito Evaldo Cavalcanti Cruz, a 11 de Outubro do mesmo ano. Até então, o acervo que viria a compor o MACG pertencia à EMBRAPA – Setor Algodão (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), localizada em Campina Grande. Em junho de 2001, o Museu passou por um processo de

¹ O autor é pós-graduado em Sociologia (Mestrado e Doutorado) pela Universidade Federal da Paraíba, e Professor de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal de Campina Grande.

restauração física e de ampliação do seu acervo. Tal ampliação do acervo deu-se graças ao empréstimo de equipamentos e máquinas pela EMBRAPA que, no ano de 2006, doou-os em definitivo ao MACG, passando, assim, a guarda de todo o acervo para a gestão municipal.

Analisando fragmentos da justificativa para a lei que criou o MACG percebe-se, desde logo, o direcionamento político, cultural e memorialístico que se pretendeu dar a essa instituição. Observemos:

A antiga Estação Ferroviária de Campina Grande tem, na sua existência, profundas ligações com a nossa história. Propriedade inicial da antiga 'Great Western', foi construída em função do algodão, riqueza que gerou a grande urbs campinense. Ferrovia eminentemente econômica foi responsável, em grande parte, diretamente, pelo nosso progresso, fazendo circular para os portos europeus e americanos, nosso principal produto e trazendo, na volta, as máquinas e o luxo das últimas novidades. Em épocas mais recentes Campina Grande foi, por volta da Segunda Guerra Mundial, a primeira praça algodoeira do mundo. [...] Demolir a Estação é destruir um pedaço de nossa história, numa cidade que nada tem de preservado para mostrar as gerações atuais. Cada construção que ligada ao passado é aniquilada da paisagem interrompe as visões de uma evolução, tão necessárias ao entendimento do passado e a justificativa do presente.

E conclui:

Assim, preservando parte da nossa história e consequentemente criando mais um ambiente de cultura em nossa região [...] para que possamos erigir muito em breve o nosso Museu do Algodão, que será, por extensão, o próprio museu da História de Campina Grande².

Este fragmento expressa uma tensão entre a preservação e a demolição da antiga estação – numa época em que a especulação imobiliária se manifestava em uma área que começava a valorizar-se em demasia. Expressa também um desejo de transformar a velha estação em um espaço de cultura para celebrar uma memória triunfante, cujas origens remontam a um tempo pretensamente áureo de riquezas e grandes ganhos com o comércio algodoeiro internacional.

A Estação Great Western Railway Brazil de Campina Grande foi inaugurada em 2 de outubro de 1907, cujo ponto culminante da festa foi a chegada triunfal do primeiro trem à cidade; portanto, trata-se de um espaço bem significativo material e

² Projeto de Lei nº 24/73, de 13 de fevereiro de 1973, de autoria da vereadora Maria Lopes Barbosa. Agradecemos à Maria de Fátima Nóbrega de Sousa, diretora do Museu Histórico de Campina Grande, pela autorização para digitalizarmos a documentação referente à criação do Museu do Algodão de Campina Grande.

simbolicamente, uma vez que essa edificação evoca os tempos em que a cidade passou a fazer parte do rol daquelas que poderiam julgar-se modernas por poder contar com esse precioso bem que significava um dos maiores avanços da técnica e da ciência; revolucionário por fazer desencadear novas representações acerca das categorias *tempo* e *espaço*. Portanto, não sem razão, a Estação foi convertida em símbolo de grandeza ao qual a cidade é frequentemente associada.

Assim sendo, ligam-se, simbolicamente, com a instituição do MACG dois signos de poder e modernização que reforçam a instituição de um padrão progressista de memória para a cidade: o trem e o algodão. Era daquele endereço que, nos tempos gloriosos do “ouro branco”, os milhares de fardos de algodão eram embarcados para o porto de Recife e, de lá, para a América e para a Europa – particularmente para a Inglaterra, colocando Campina Grande em contato direto com o mundo. Dali, os endinheirados de Campina Grande viajavam a Recife para a realização de negócios ou a passeio.

Os organizadores do MACG, este espaço de preservação do passado da cidade, desejaram legar à Campina Grande um patrimônio capaz de alegorizar uma narrativa histórica para uma cidade afeita à tecnologia; trata-se de uma memória marcada ao mesmo tempo pelo trabalho e, paradoxalmente, por um desejo de neutralidade técnica e política cujos principais dispositivos são as máquinas e os equipamentos, testemunhos materiais de uma época auspiciosa³. Trata-se ainda do desejo de perpetuar na memória coletiva campinense um fausto econômico que, a rigor, teve uma duração curta, mas que de tal modo cristalizou-se no imaginário das elites de Campina Grande que deveria ser parte constitutiva de sua epopeia.

FOTOGRAFIA, PATRIMÔNIO, MUSEU E MEMÓRIA.

Uma vez que a nossa crítica ao padrão de memória que o MACG instituiu derivou da análise de quatro imagens fotográficas dentre as que compõem o seu acervo, buscamos nas propostas de Boris Kossoy (2001), feitas a partir dos conceitos de *iconologia* e *iconografia*, as bases metodológicas para analisar as fotografias. Nesse sentido recorreremos aos conceitos de *iconografia* – que compreende a descrição das imagens fotográficas – e de *iconologia* – que diz respeito à análise dessas imagens, considerando o conhecimento histórico do período em que estas imagens foram realizadas⁴. É certo que Kossoy tomou de empréstimo e utilizou como ferramenta

³ Sobre as origens históricas das instituições museológicas ver SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

⁴ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

teórica para o estudo da imagem fotográfica os postulados sobre iconografia e iconologia elaborados por Erwin Panofsky que, originalmente, os desenvolvera visando introduzir-se ao estudo da Arte realizada no Renascimento. Resumidamente, para Panofsky a *Iconografia* trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma; a *Iconologia* diz respeito a um método que pressupõe uma exata análise das imagens, estórias e alegorias, como requisitos essenciais para uma correta interpretação ⁵.

Dialogamos ainda com a proposta metodológica esposada por Carlo Ginzburg (1990), advinda do *paradigma indiciário*, que nos permitiu uma abordagem mais profunda das imagens, na medida em que dispensamos uma maior atenção aos detalhes da composição fotográfica. O *paradigma indiciário* tem como base os *vestígios* presentes nas imagens fotográficas, sinais que poderiam ser negligenciados considerando o conjunto das imagens. Acompanhando estes vestígios acreditamos que podemos chegar a uma aproximação deste período histórico pela via da verossimilhança, procurando compreender as experiências cotidianas partilhadas neste universo. Isto nos permite pensar o verossímil como efeito ou possibilidade do real. Interessa-nos compreendermos existências humanas eternizadas nessas imagens e as suas relações com a sociedade da qual fizeram parte, e como esse conjunto imagético é útil para pensarmos sobre o padrão de memória esposado pelo MACG. Nesse sentido, apresentamos a memória como sendo “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1994, p. 476).

No tocante ao conceito de *patrimônio*, dialogamos com Françoise Choay, para quem *patrimônio histórico* designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade [...] constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos [...] *Patrimônio histórico remete a uma instituição e a uma mentalidade* (2001, p.11) [o grifo é nosso].

Considerando-se que o acervo que constitui o MACG é considerado patrimônio histórico da cidade de Campina Grande, mas cuja premissa que baliza a memória que deseja cristalizar é passível de crítica – ainda mais quando conhecemos a própria noção de trabalho social que permitiu o celebrado fausto algodoeiro – acreditamos que o culto que se celebra a esse patrimônio deve ser objeto do nosso questionamento, uma

⁵ Conferir PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 2004, p. 47-87 (p. 47 e 54).

vez que ele próprio “se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY, 2001, p. 12).

Portanto, talvez seja o caso de perguntarmos qual o vínculo que tem o MACG com a realidade histórica que o seu acervo referencia e afiança.

As primeiras impressões, ao analisarmos o conjunto das peças que compõem o acervo do MACG, permitem constatar que o negócio do algodão foi responsável pelo enriquecimento de uma parcela da elite local, mas permitiu a elaboração de um imaginário que difundia essa riqueza como sendo da cidade, legitimando uma irresistível aura de progresso e glória para Campina Grande. É a preservação de tal aura que o MACG pratica, cristalizando uma memória celebrativa que se nos apresenta marcada pelas ideias de progresso, desenvolvimento e modernização lineares e isentas de tensão social. Organizada de maneira cronológica, atesta a importância progressiva do negócio cotonicultor para *a cidade* e *não* para a sua elite comercial e industrial. A população pobre em geral é pouco ou quase nada representada pelo acervo ali existente: os equipamentos para pesagem e beneficiamento do algodão – dos mais primitivos aos mais modernizados pela tecnologia de fato atestam o avanço tecnológico pelo qual passaram as empresas cotonicultoras da cidade. O mesmo pode ser dito com relação aos bens que serviram aos escritórios dessas empresas, assim como às casas dos seus proprietários: cofres, máquinas de datilografia, telefones, louças, relógios e vitrolas inglesas.

Mais recentemente, o acervo do MACG teve o seu acervo ampliado com painéis, fotografias e artefatos que remetem especificamente ao algodão colorido, significando um ressurgimento da cotonicultura para a economia da Campina Grande do século XXI.

Quem manipulava os ferros de engomar que lá também estão? Quem preparava a comida servida naqueles pratos europeus tão caros? Quem os lavava? Nesse sentido, o MACG, por meio do seu acervo, nos apresenta uma cidade numa experiência histórica que “gira num mundo próprio, climatizado como passado lúcido e asséptico” (MENEZES, 1984/1985: p. 198).

Um museu pode e deve, por meio do seu acervo, apresentar uma narrativa histórica mais verossímil, compatível com a experiência histórica dos homens e das mulheres que se impõe representar.

Partindo desse pressuposto buscaremos analisar quatro das muitas fotografias que compõem o acervo do MACG, contextualizando-as com a circunstância histórica na qual foram produzidas, considerando o pensamento dominante à época a respeito das ideias de modernização, progresso e desenvolvimento, ideias que não podiam passar

ao largo da categoria *trabalho* nem dos *trabalhadores* que o realizavam. Trabalho e trabalhadores que, de alguma forma, já estavam sendo submetidos aos interesses dos modernizadores campinenses de então. Essa análise é importante porque é útil para a compreensão de como uma memória celebrativa foi elaborada e institucionalizada pelo MACG como sendo a memória *da cidade*.

Reflitamos sobre a fotografia nº 1, tomada no ano de 1934, cujo teor é especialmente comemorativo. A sua razão de ser aparentemente é o fardo de algodão número 50.000, prestes a ser exportado para Liverpool, Inglaterra, pela firma José de Brito & Cia., empresa considerada como uma das maiores exportadoras de algodão da região.

Nele podemos ler algumas inscrições, com destaque para o número “50.000”, o seu peso 186 kg – um feito extraordinário apenas possibilitado pelas modernas prensas hidráulicas – e a palavra “Liverpool”, suposto destino daquela carga; também estão escritas as iniciais da empresa “J.B. & C”. Podemos ver, em pose, dezenove homens vestidos de terno e gravata, provavelmente proprietários e administradores da empresa, que cercam o tão simbólico fardo de algodão, ícone de sua vitória.

De acordo com a legenda que acompanha esta imagem, somos informados que a empresa responsável pelo enfardamento do algodão foi José de Vasconcellos & C. A mesma legenda informa que esta empresa era a maior do mundo em sua especialidade. Como se pode observar, a produção de superlativos já se insinua como uma estratégia para significar e valorizar Campina Grande a partir de uma atividade que a estava ligando à Europa.

Foto 1



Fonte: Acervo do Museu do Algodão de Campina Grande

Esta imagem também é importante porque nos apresenta aspectos do interior do espaço físico destinado ao trabalho, à transformação do algodão em produto de

exportação; ela igualmente estabelece a distinção entre uma elite proprietária e administrativa e os trabalhadores daquela empresa. Olhando para o fundo da imagem poderemos ver a luz que entra no recinto através de três pequenas aberturas na parede, em forma de janelas, para a circulação do ar. A luz, ao incidir sobre a pilha de fardos de algodão, empresta-lhes um interessante destaque no conjunto da imagem: dota-a de uma espécie de halo brilhante, como deveria brilhar o ouro branco, essa alegoria da riqueza campinense. Além dos fardos de algodão podemos ver alguns homens – inclusive dois adolescentes à direita, próximos à parede – que somos tentados a imaginar que são trabalhadores, alguns dos responsáveis pela transformação do algodão nos fardos, através da manipulação dos equipamentos próprios para tal tarefa.

Temos, assim, a possibilidade de uma leitura interessante: no plano mais amplo, a internacionalização da cidade de Campina Grande através do vigoroso comércio algodoeiro mundial; as suas ligações com uma das maiores praças comerciais da Terra e os consequentes lucros e glórias que esses negócios proporcionavam àquela parcela constituída pelos comandantes campinenses daquela atividade, representados no primeiro plano da imagem.

Por um momento o fardo de algodão nº. 50.000 é levado para a rua para ser apresentado a parte do povo campinense. Vemos ladeando o precioso emblema os mesmos capitães da indústria que posaram ao seu lado na foto anterior. Homens, mulheres e crianças, muitos talvez até trabalhadores da empresa e moradores do seu entorno, posam respeitosamente em torno deste fetiche da modernização industrial e comercial da cidade.

Foto 2



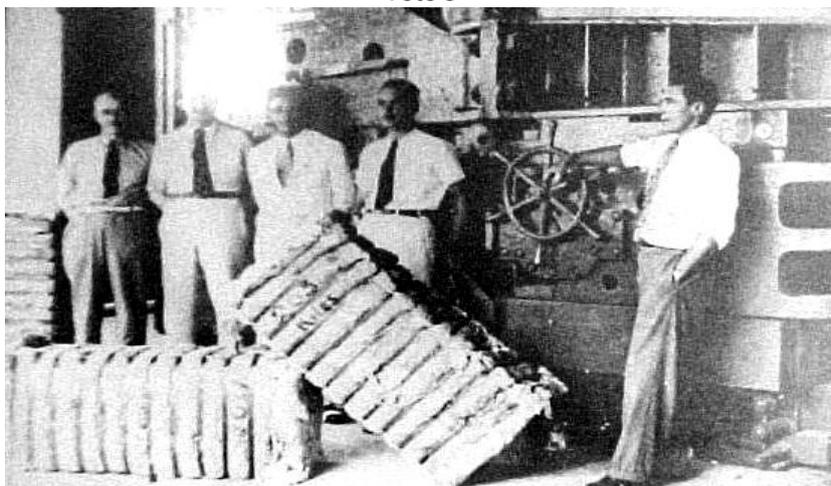
Fonte: Acervo do Museu do Algodão de Campina Grande.

Podemos imaginar que esta fotografia deseja expressar a participação coletiva na produção deste bem; que ele significa o trabalho e a dedicação direta ou indireta de todos os que nela, mais ou menos perfilados, são representados. Ela também se torna expressiva porque pode significar a realização de um registro visual de algo tão significativo para a elite letrada de Campina Grande que desejava fazer crer, através da difusão dos seus ideais progressistas, que a riqueza ali produzida pertencia ao povo campinense, como se isto fosse possível. Não é exagero sugerir que o fotógrafo que a produziu tenha estado influenciado por esta premissa no ato de pressionar o obturador de sua câmera fotográfica.

A porta aberta da empresa deixa a impressão de que todos os presentes, como uma família, de lá saíram, como se a empresa a sua casa fosse. No pátio de “casa” reúnem-se todos para a comemoração de um grande feito coletivo digno do registro para a posteridade através de uma fotografia, como poderiam fazer durante as comemorações familiares mais importantes. Uma festa.

Uma das coisas que parecem ter impressionado os fotógrafos que trabalharam em Campina Grande nesse período foram os mais variados tipos de maquinaria que aportaram na cidade. Símbolos aceitos como propulsores do progresso ensejado pela produtividade de suas atividades industriais e comerciais, assim como um alento para as suas obras infra-estruturais, a maquinaria parece ter representado para aqueles produtores de imagens espécies de dispositivos para assinalar o desenvolvimento campinense. Isso é ainda mais visível quando o assunto é o beneficiamento do algodão, matéria prima e fator simbólico da riqueza de uma minoria privilegiada que capitaneava esta atividade industrial e comercial.

Foto 3



Fonte: Acervo do Museu do Algodão de Campina Grande

A fotografia nº 3 é bem significativa deste pensamento. Nela podemos sugerir a interligação, constituindo uma unidade, do equipamento automático, da racionalização e gerenciamento da produção e o produto acabado como sinais de progresso e riqueza. A máquina em questão, uma prensa hidráulica, é própria para o enfardamento do algodão que era negociado de Campina Grande com a Europa pelos idos dos anos 1930 e 1940. Em pose, cinco homens cujas roupas indicam serem diretores ou gerentes da produção. Em linha, numa postura séria e que enseja respeitabilidade, quatro homens dentre os quais um usa um terno completo. À direita, em postura descontraída, o outro componente da imagem repousa o braço esquerdo sobre o mecanismo de fazer girar a prensa, enquanto a mão esquerda, cujo pulso ostenta um relógio, está colocada no bolso da calça. Podemos imaginar que a produção desta fotografia, a encenação que ela retrata, pode representar o estabelecimento da hierarquia nos níveis superiores de organização e direção da empresa cuja razão social, infelizmente, não nos é dado conhecer. Os quatro homens que estão juntos, por certo querendo passar uma impressão de união e trabalho em equipe, em pose que conota respeito, talvez fossem subordinados àquele que parece segurar o “leme”, quem sabe o comandante daquela empresa.

O algodão é simbolizado por três fardos devidamente numerados e prontos para o embarque. Na composição da imagem foram organizados no primeiro e no último planos, como que a não querer deixar dúvidas sobre quem era a razão de ser da constituição daquele cenário. Homens e máquina operariam, portanto, para possibilitar e dar a forma final àquele símbolo que, uma vez produzido com o auxílio luxuoso de tão sofisticado equipamento técnico, significava riqueza, progresso, e modernização.

Propomos, assim, que esta imagem nos permite vislumbrar aspectos caros aos ideais modernizadores que embalavam as mentes dos seus defensores em Campina Grande: a organização racional da produção em íntima vinculação com equipamentos técnicos, capazes de viabilizar uma maior produtividade, uma vez que esses maquinismos também significavam a impressão de ritmos mais velozes à produção, ampliando-a indefinidamente.

Como já sugerimos anteriormente, o transporte ferroviário é outro elemento que, no plano simbólico, tem jogado um grande papel para a elaboração e consolidação de uma memória coletiva para a cidade de Campina Grande. Aqui, a legenda da foto 4 nos informa:

Personalidades campinenses, entre os quais senhores de algodão embarcando de trem para Recife, na antiga estação ferroviária de Campina Grande (Estação Velha, em dezembro de 1948). Da esquerda para a direita, aparece em terceiro plano o jornalista e historiador William Tejo.

Vejamos que, num esforço para promover uma improvável assepsia retórica na própria fotografia, a legenda a distorce: menciona apenas as personalidades locais. Uma rápida olhadela às marcantes diferenças entre os homens, as mulheres e as crianças eternizadas nesta imagem nos fará compreender que a Estação Great Railway Brazil de Campina Grande não pertencia apenas a sua elite, ela foi um ambiente que abrigou vivências múltiplas que historicamente se entrelaçaram nesse ambiente projetado para a efetivação do transporte em massa de homens e mercadorias.

A pose do extrato privilegiado dessa sociedade é bem significativa: a elite de pele mais ou menos clara esboça um discreto sorriso; as mãos, quando não seguram o chapéu, repousam longitudinalmente ou são voltadas para as costas ou suavemente cruzadas sobre o ventre – denotação de circunspeção, respeito e elegância. Estão unidos por sua condição privilegiada a formar uma família; estão tão próximos a ponto de se tocarem em sua formação para a tomada da fotografia, são íntimos.

Foto 4



Fonte: Acervo do Museu do Algodão de Campina Grande

A menina-moça, amparada por sua avó (ao que nos parece), reproduz, em seu vestido, em seus sapatos e em seu porte suave, a indumentária e o gestual de seu estrato social: a infância projeta por meio desse indício mais uma futura dama da sociedade campinense. O menino, não obstante usar calças curtas, exhibe uma camisa de mangas longas, meias claras e sapatos pretos, conforme aconselhava a boa moda de então. As crianças são, assim, iniciadas nas práticas socioculturais de sua categoria

social. Sair de Campina Grande para Recife acompanhando os pais para conhecer a metrópole nordestina pode ser caracterizado como um aprendizado essencial para os que deveriam substituir os pais nos negócios algum dia; ir a Recife era um exercício de cosmopolitismo, de práticas comerciais e de lazer que lhes deveria vir a ser banal num futuro bem próximo.

Mas a plataforma da estação GWRB em Campina Grande foi palco de experiências variadas, para onde muitos pobres acorriam em busca de algum ganho material, fosse por meio da realização de pequenos negócios, como a venda de doces e quitutes ou simplesmente para esmolar. Essas existências não podem nem devem ficar de fora desse projeto memorialístico. Para Walter Benjamin, numa fotografia com tal expressividade, existe “algo que não pode ser silenciado, que reclama com insistência o nome daqueles que viveram ali, que também na foto são reais”⁶. Estas pessoas, embora não convidadas, não se incomodaram nem se intimidaram em posar lado a lado dos representantes da elite econômica e intelectual da cidade, identificáveis por suas vestes e calçados impecáveis, prestes a embarcarem para a realização de negócios ou de ócios na bela Recife.

As experiências das demais pessoas que o fotógrafo registrou na imagem parecem-nos distintas: o homem postado em primeiro plano à esquerda segurando o poste, a julgar pela maleta que está a sua frente, deverá embarcar – muito embora não pareça ser um membro da elite campinense: a sua pose “tosca” o denuncia. Provavelmente seja apenas mais um entre as centenas de viajantes que ocupavam os vagões de “terceira classe” que gravitavam em torno da economia algodoeira, deslocando-se com certa frequência em busca de melhores oportunidades. Campina Grande recebia por essa época dezenas de famílias que para lá migravam em busca de melhores condições de vida, expulsas de suas terras por fatores climáticos ou que delas migravam para Campina Grande em virtude da propaganda havida a respeito das favoráveis condições econômicas desta cidade. Essa circunstância é muito bem descrita em trabalhos publicados por memorialistas⁷.

A criança de pele escura, descalça, suja, despenteada, sorridente e debochada, usa uma camisa aberta a exhibir o seu frágil tronco, provavelmente um dos muitos meninos que viviam soltos pela Estação e pelas ruas da cidade, servindo como moleques-de-recados ou mendigando, alternando essas atividades com mergulhos no Açude Velho, em cujas margens a Estação fora construída.

⁶ Veja-se BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In *Obras Escolhidas III*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 93.

⁷ Veja-se, por exemplo, MENDES, Manuel Pessoa. *O menino de Tracunhanhém*. Brasília, Thesaurus, 1999.

É muito interessante que essa fotografia registre dois personagens que foram antagonistas na Campina Grande de então: refiro-me ao menino debochado e ao bacharel em Direito Hortênsio de Sousa Ribeiro (o sexto homem a partir da esquerda), ardoroso defensor de um regime disciplinar em que crianças de rua fossem objetos da filantropia ou dos cuidados do Estado, mas que fossem direcionados para uma aprendizagem profissionalizante⁸.

Assim como a criança de camisa aberta, a senhora de pele escura, desgrenhada, com os seus cabelos mal cuidados protegidos por um lenço, talvez uma pedinte, certamente não embarcará à capital pernambucana. Ela é mais uma a compor uma categoria muito comum de pessoas que cotidianamente vagavam pelas ruas de Campina Grande a pedir esmolas, ou pode ser ainda uma das tantas “loucas” que compunham a cena urbana local desconcertando a paisagem ordeira e asséptica desejada pelos propagadores de um ideário modernizante para a cidade. Pessoas como essa senhora pulularam no imaginário dos campinenses de tal forma que se tornaram um “tipo humano” recorrente nas histórias contadas pelos memorialistas locais.

Essas duas criaturas são a antítese daquela elite que se orgulhava e se deliciava com os ganhos oriundos dos vultosos negócios com o algodão que os empresários campinenses realizavam com o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O repertório patrimonial e imagético de um museu pode e deve ser mais diverso no tocante à memória que este deseja instituir – ainda que se considere a natureza quase que exclusivamente temática do MACG. Reconhecemos que o acervo do MACG pode agregar mais ainda objetos que remetam diretamente aos homens e às mulheres pobres que trabalharam e que contribuíram para a vitoriosa epopeia dos negócios do algodão na cidade; da mesma forma, pode também dar a conhecer simbolicamente os conflitos havidos no mundo do trabalho. O MACG tomou o partido da memória dos cotonicultores de tal forma que por muito pouco não alija os trabalhadores deste processo. As máquinas, equipamentos e utensílios que ele guarda quase nada dizem sobre os homens e as mulheres que os manipularam. Portanto, cristaliza-se uma memória asséptica no que tange às tensões do mundo do trabalho. No caso do MACG, a memória dos trabalhadores é quase obliterada em benefício da memória de uma elite que toma para si a exclusividade das vitórias e dos sucessos do

⁸ Veja-se CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande, Editora da UFCG, 2009 (particularmente o capítulo “Modernização, Cotidiano e Cultura Material”, p. 71-131).

com os negócios com o “ouro branco”. O lugar de proeminência ocupado pelos dirigentes empresariais campinenses no plano central das fotografias sob a guarda do MACG é muito expressivo dos sentidos que se quer dar a tal memória; os trabalhadores, quando fotografados, ocupam sempre um lugar secundário, subalterno, naqueles processos produtivos. Assim, concluímos que a existência dos trabalhadores e dos pobres em geral que viveram no entorno do grande negócio tem sido quase que relegada ao esquecimento. Todavia, cabe ao historiador recusar tal padrão excludente de memória, pois, como sugere Le Goff (1994, p. 477), se a memória é o lugar onde cresce a história que, em retribuição, a alimenta, num movimento contínuo que objetiva ligar o passado ao presente e ao futuro, devemos estar atentos para que a memória coletiva seja construída como fator de libertação dos homens, não de sua exclusão.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In Obras Escolhidas III. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande, Editora da UFCG, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo, Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo, Cia. das Letras, 1980.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Suzana Ferreira Borges. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

MENDES, Manuel Pessoa. *O menino de Tracunhaném*. Brasília, Thesaurus, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade X a cidade no museu. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 5 n° 8-9, Set. 1984/abr. 1985, pp. 197-205.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 2004.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.